

Partidos só decidem expulsão após julgamento

Os partidos PMDB, PFL, PP e PPR não vão iniciar imediatamente o processo de expulsão dos parlamentares que forem apontados como culpados pelo relatório final da CPI do Orçamento. A tendência generalizada entre os líderes desses partidos é esperar o resultado do julgamento na Comissão de Constituição e Justiça e nos plenários da Câmara e do Senado antes de tomar qualquer iniciativa neste sentido. Todos eles, no entanto, admitem que se for confirmada a culpa, o processo de expulsão será inevitável e imediato.

Por enquanto apenas o deputado João Alves (sem partido - BA) foi expulso de seu partido, o PPR, e mesmo que torne inocentado não poderia disputar eleição. O processo de expulsão foi iniciado a pedido de dois deputados do partido que faziam parte da CPI. Fernando Freire (PPR-RN) e Pedro Pavão (PPR-SP), autores do requerimento que levou a comissão de ética do partido a defender a expulsão. O presidente do PPR, senador Esperidião Amin (SC), afirmou ontem que o partido não vai iniciar este processo agora.

A expulsão, segundo Amin, é uma questão para ser avaliada durante o processo da CCJ. "Agora, seria cedo ainda", avalia o senador. Ele lembra que, apesar dessa posição do partido, membros do PPR podem desencadear isoladamente este processo a qualquer momento.

"Não podemos queimar etapas", afirma o deputado Luis Eduardo Magalhães (BA), líder do PFL na Câmara. A posição do partido também é de esperar que a Comissão de Constituição e Justiça estabeleça seu parecer que será apreciado pelo plenário antes de decidir se os parlamentares citados no relatório devem ser expulsos. Se forem confirmadas as cassações dos mandatos, Luis Eduardo garante que o PFL vai imediatamente expulsar os culpados.

O PMDB um dos mais atingidos pela CPI do Orçamento, também não vai se adiantar ao processo da CCJ. Apesar de ter nomes de grande peso político envolvidos no esquema do orçamento, o partido vai esperar a decisão final do plenário. Tarcisio Delgado (MG), líder do partido da Câmara lembrou que, por enquanto,

os citados são apenas "indiciados" em um processo que precisa passar por todas as fases de acusação, defesa e julgamento.

CARLOS MOURA



Marinalva: entidade difícil

Ex-mulher de Moreira não teme devassa

São Paulo — Candidata a deputada pelo PDT, Marinalva Soares da Silva, ex-mulher do deputado Manoel Moreira (PMDB-SP), diz que não teme que sua gestão como presidente do Centro de Vivência da Mulher (entidade filantrópica sediada em Campinas) seja investigada pelo Ministério Público, conforme sugestão do relatório da CPI do Orçamento. "No meu depoimento à CPI, disse que a entidade havia recebido verbas do orçamento de 1989", afirma, sem saber precisar o tanto de dinheiro que foi enviado ao Centro de Vivência da Mulher. "E me coloquei à disposição para qualquer investigação", conta Marinalva. Na verdade, Marinalva pode ainda ser punida.

Ela afirma que, na época de seu depoimento, não sonegou nenhuma informação e volta a se colocar "à disposição para prestar qualquer esclarecimento". A ex-mulher de Moreira afirma que, em 1989, não desconfiava de nenhuma irregularidade cometida pelo ex-marido. "Comecei a estranhar o comportamento do deputado do final de 1989 para 1990", diz ela. Marinalva foi presidente do Centro de Vivência da Mulher de 1989 a 1993. Hoje, ela faz parte da diretoria da entidade.